



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2014

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e catorze, reuniu ordinariamente no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, sob a presidência do Sr. Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal e com a presença dos Srs. Vereadores Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr. Francisco José de Matos, Dr.^a Alda Catarina Sequeira Rodrigues, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Prof. Rogério Fernandes Duarte e Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço.

ABERTURA

Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a presente reunião, quando eram 09 horas e 30 minutos, passando a Câmara Municipal a ocupar-se dos seguintes assuntos:

AUDIÇÃO DO PÚBLICO: Estiveram presentes os Srs. Pedro Paulo Pereira Almeida e Vasco Branquinho Rodrigues Almeida, na sequência da solicitação de ambos, a fim de se debater e analisar a situação do estabelecimento comercial sito na Avenida 25 de abril, nº 102, em S. Pedro do Sul. Estiveram igualmente presentes os técnicos superiores da Câmara Municipal Dr. Mauro Filipe Vilarinho Jesus Pereira e Arq^a Ana Patrícia da Silva Carriço. Pelos munícipes presentes foram explanadas as razões dos seus pedidos anteriores (nomeadamente sobre alargamento de horário) e bem assim levantadas algumas dúvidas sobre a legalidade de algumas edificações existentes no condomínio, nomeadamente das garagens. Pelos técnicos presentes acima mencionados foram prestadas algumas informações e prestados diversos esclarecimentos adicionais sobre o respetivo processo, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, promover a análise das questões levantadas com vista à sua solução definitiva.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: Interveio neste ponto o Sr. Vereador Prof. Rogério Fernandes Duarte, questionando sobre a limpeza de ruas e caminhos, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal referido existirem alguns condicionamentos nesse serviço, face à falta de pessoal para essas tarefas.-----

DELIBERAÇÃO N.º 246/14 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13/05/2014:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião referida em epígrafe, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído por todos os membros do Executivo.-----

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**DELIBERAÇÃO N.º 247/14 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA DO DIA 23/05/2014: -----**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte situação dos saldos existentes no resumo diário da tesouraria referido em epígrafe: -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

- Operações Orçamentais: 631.104,47€ (Seiscentos e trinta e um mil, cento e quatro euros e quarenta e sete cêntimos).-----
- Operações não Orçamentais: 477.836,59€ (Quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos).-----

DELIBERAÇÃO N.º 248/14 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:-----

1 - Tomar conhecimento dos pagamentos efetuados por deliberação da Câmara e por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do Sr. Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, no período de 12 a 23 de maio de 2014, constantes da relação elaborada pela Secção de Contabilidade, constituída por 04 folhas, a qual importa da forma que a seguir se indica: em 1.311.299,98€ (Um milhão, trezentos e onze mil, duzentos e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos) de operações orçamentais e em 45.402,84€ (Quarenta e cinco mil, quatrocentos e dois euros e oitenta e quatro cêntimos) de operações de tesouraria a qual se dispensa de ser transcrita, depois de ter sido rubricada por todos os membros do Executivo, ficando a constituir o anexo I da presente ata. -----

2 - Tomar conhecimento dos despachos dados pelo Sr. Vereador Dr. Francisco José de Matos, em processos que decorreram na Secção de Contencioso, Taxas e Licenças, no período de 13 a 26 de maio de 2014, constantes da seguinte relação elaborada por aquela Secção:-----

NOME	RESIDÊNCIA/SEDE	ASSUNTO	LOCAL
Corpo de Salvação Pública de São Pedro do Sul	Rua Bandeira de Melo, n.º 33, São Pedro do Sul	Licenciamento de Recinto e Funcionamento de Recinto de Diversão Provisória	Quartel dos Bombeiros de Salvação Pública de São Pedro do Sul
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 605 de Carvalhais	Rua Padre José Rodrigues Barros, Carvalhais SPS	Licenciamento para Instalação e Funcionamento de Recinto Improvisado - Hora do Zumba	Praça Dr. António José Almeida, Termas, Várzea SPS
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 605 de Carvalhais	Rua Padre José Rodrigues Barros, Carvalhais SPS	Licenciamento para Exercício de Divertimentos Públicos e de Atividades de Carácter Desportivo - Hora do Zumba	Praça Dr. António José Almeida, Termas, Várzea SPS
Termas Hóquei Clube, representado por Carlos Mário Ferreira Pinto, na qualidade de Presidente	Termas, Várzea SPS	Licenciamento para Instalação e Funcionamento de Recinto Improvisado - Festas Populares das Termas	Praia Fluvial, Termas, Várzea SPS

3 - Tomar conhecimento dos despachos dados pelo Sr. Vereador Dr. Francisco José de Matos, em processos de obras e outros que correm seus termos na Secção de Obras e Urbanismo, no período de 13 a 26 de maio de 2014, constantes da seguinte relação elaborada por aquela Secção:-----

Processo	TP:	TC:	Requerente	TU:	Local da Obra
01 / 2014 / 19 / 0	Projecto de arquitectura	Construção	Fernando Pinto Regada	Muro	Estrada de Peso - Peso - Freg.>> Vila Maior
01 / 2014 / 20 / 0	Projecto de arquitectura	Reconstrução	Florbela Tavares Montenegro Resende	Muro	Lugar Covelas - Covelas - Freg.>> Serrazes
01 / 2006 / 87 / 0	Licença de Obras	Construção	Arménio Dias Martins	Habitação	Lugar Pena - Pena - Freg.>> União das freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio
01 / 1981 / 50 / 0	Licença de Obras	Reconstrução	Manuel Macieira Varanda	Habitação	Rua do Paço - Pindelo dos Milagres - Freg.>> Pindelo dos Milagres



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

4 - Tomar conhecimento dos despachos dados pelos Srs. Vereadores Dr. Francisco José de Matos e Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, em processos que correm seus termos na Secção de Obras e Serviços Urbanos, no período de 12 a 23 de maio de 2014, constantes da seguinte relação elaborada por aquela Secção: -----

NºPROCº	NOME	ASSUNTO	MORADA
18.02.16	Diamantino de Oliveira	Renovação de travessia da via pública com canos	Carvalhais
18..02.16	Diamantino Rodrigues Almeida	Renovação de travessia da via pública com canos	Serrazes
18..02.16	Manuel Augusto Ferreira	Renovação de travessia da via pública com canos	Sul
18.02.16	Daniel Lourenço Oliveira	Renovação de travessia da via pública com canos	Negrelas - São Pedro do Sul
18.02.16	Fausto Martins Adolfo	Renovação de travessia da via pública com canos	São Pedro do Sul
18.03.04	Agência Funerária de São Pedro do Sul, Lda.	Inumação do cadáver	Cemitério Municipal da Pedreira
18.02.16	Maria Adelaide Almeida	Renovação de travessia da via pública com canos	Malhadinha - Covêlo - Valadares
18.02.16	Carminda Cardoso Costa Pinto Fernandes	Renovação de travessia da via pública com canos	São Martinho das Moitas
18.02.16	Valentim de Almeida	Renovação de travessia da via pública com canos	Pindelo dos Milagres
18.02.16	Maria Isaura da Silva Rodrigues Figueiredo	Renovação de travessia da via pública com canos	Várzea - São Pedro do Sul
18.03.09	Maria Leonor L. Salazar de Alb.D'Herbe Vidigal	Colocação de pedra de cabeceira ou lápide tumular	Cemitério Municipal da Pedreira
18.02.16	Adelino Pinto Loureiro	Renovação de travessia da via pública com canos	Souto - Vila Maior

5 - Tomar conhecimento de terem sido emitidas as seguintes licenças: Na Secção de Contencioso, Taxas e Licenças, no período de 13 a 26 de maio de 2014: Licenças de Festa (02), Espetáculos na Via Pública (01), Carta de Caçador (01), Coimas referentes a Processos de Contra-Ordenação (01), Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos (02), Diversos (Certidões) (04), Licenças de Fogueiras e Queimadas (01) e de Táxis (01); Na Secção de Obras e Urbanismo, no período de 13 a 26 de maio de 2014: Utilização (03), Ocupação da Via Pública (01); Na Secção de Obras e Serviços Urbanos, no período de 13 a 26 de maio de 2014: Concessão/Renovação de lugares na Feira Nova, Velha e Termas (06), Licenças de Cemitério (04) e Travessia/Ocupação Via Pública com canos (09). -----

6 - Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 14/05/2014, que deu parecer prévio favorável à contratação de Engenheiro Eletrotécnico, em regime de avença, para ser responsável pela exploração das instalações elétricas alimentadas a partir de um PT, da responsabilidade da Câmara Municipal e na área do concelho, conforme proposta do Sr. Vereador Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, datada de 14/05/2014, que aqui se dá por integralmente reproduzida; -----

7 - Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 16/05/2014, que deu parecer prévio favorável à contratação do serviço de comunicações de voz móvel pós pago, para 24 meses, com início a 16 de junho de 2014, conforme proposta da Sr.ª Vereadora Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, datada de 15/05/2014, que aqui se dá por integralmente reproduzida;-----

8 - Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 21/05/2014, que autorizou a prorrogação do prazo do acordo de cedência celebrado entre a Termalístur, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul e a trabalhadora Maria Margarida de Almeida Barros até 31 de Agosto de 2014, com início em 01 de maio de 2014, a que se refere a informação da Secção de Pessoal n.º 3916, de 24/03/2014, que aqui se dá por integralmente reproduzida; -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

9 – Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 16/05/2014, que autorizou a prorrogação do prazo, por dois dias, para elaboração do relatório final completo relativo ao processo disciplinar instaurado à trabalhadora Maria dos Anjos Pereira Oliveira (Proc.º n.º 26/2014), nos termos do artigo 35º n.º 4 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de agosto e artigo 39º n.º 4 da Lei n.º 58/2008, de 09 de agosto. -----

DELIBERAÇÃO N.º 249/14 - PEDIDO DE AUTOFINANCIAMENTO PARA O PROJETO "AARC - ATLATIC AQUATIC RESOURCE CONSERVATION": -----

Analisada a comunicação enviada pela ADDLAP (registo "SGD" n.º 6491) a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a comparticipação de 5.775,00€ (Cinco mil setecentos e setenta e cinco euros), condicionada à existência de fundos disponíveis. -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÃO N.º 250/14 - RELATÓRIO FINAL DE PROCESSO DISCIPLINAR: --

Analisado o documento referido em epígrafe, que aqui se dá por integralmente reproduzido (cujo texto foi distribuído previamente por todos os membros do executivo), o qual ficará arquivado no respetivo processo disciplinar, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor (dos Srs. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo, Dr. Francisco José de Matos, Dr.ª Alda Catarina Sequeira Rodrigues e Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho e Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço) e uma abstenção (do Sr. Vereador Prof. Rogério Fernandes Duarte) concordar com as conclusões do aludido relatório, aplicando assim a sanção de despedimento por facto imputável à arguida, Maria dos Anjos Pereira Oliveira, que consiste no afastamento do órgão ou serviço da trabalhadora contratada, cessando a relação jurídica de emprego público. -----
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos, a qual fica aqui corrigida quanto ao número de votos a favor.-----

DIVISÃO FINANCEIRA

DELIBERAÇÃO N.º 251/14 - CLARIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 90/14, DE 27 DE FEVEREIRO: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, proceder à clarificação da deliberação referida em epígrafe, no sentido do Município assumir a comparticipação dos compromissos em causa (da Direção-Geral de Energia e Geologia e da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, nos valores respetivamente de 179,57€ e 5,17€), abdicando-se do pedido das segundas-vias dos aludidos documentos de despesa, por se terem entretanto localizado os originais. -----
Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 252/14 - ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS DAS EX-ESCOLA E EX-CANTINA DE SÁ, CARVALHAIS: -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor (dos Srs. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores Dr. Francisco José de Matos, Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr.ª Alda Catarina Sequeira Rodrigues, Prof. Rogério



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

Fernandes Duarte e Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço) e uma abstenção (do Sr. Vereador Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo), concordar com as propostas apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido de proceder à alienação, por hasta pública, dos imóveis respeitantes à ex-escola de 1º CEB e à ex-cantina da mesma escola, concordando com as propostas da comissão de avaliação Pluridisciplinar de Inventário e Cadastro, assim fixando em, respetivamente, 80.012,00 € (Oitenta mil e doze euros) e em 33.280,00 € (Trinta e três mil, duzentos e oitenta euros) os respetivos valores base. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA**DELIBERAÇÃO N.º 253/14 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA POR MONTAGEM DE QUIOSQUES, APRESENTADO PELA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARVALHAIS E CANDAL: -----**

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor (dos Srs. Presidente da Câmara Municipal e Vereadores Dr. Francisco José de Matos, Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Prof. Rogério Fernandes Duarte e Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço) e duas abstenções (dos Srs. Vereadores Prof. Adriano de Lima Gouveia Azevedo e Dr.ª Alda Catarina Sequeira Rodrigues), indeferir o pedido de isenção de pagamento de taxa por montagem dos quiosques sazonais no Parque Florestal do Pisão, por tal constituir uma atribuição de subsídio a particulares, que a lei não permite, uma vez que o referido parque está concessionado à empresa privada “Carcorest, Lda.”. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**DELIBERAÇÃO N.º 254/14 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE VOUZELA PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA ETAR: -----**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo referido em epígrafe, o qual tem o seguinte teor: “PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - Entre: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL, pessoa coletiva n.º 506785815, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo e MUNICÍPIO DE VOUZELA, pessoa coletiva n.º 506770664, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal Rui Miguel Ladeira Pereira, É celebrado protocolo nos seguintes termos: 1.- Enquadramento - A atual ETAR, no lugar de Valgode, constitui um equipamento intermunicipal, então levado a efeito, como dono da obra, pelo MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL, com a comparticipação financeira do MUNICÍPIO DE VOUZELA, na parte que lhe coube e trata o efluente de parte dos territórios dos dois concelhos. Verifica-se de momento, face ao esgotamento do horizonte do projeto, que a sua prestação e funcionalidade, não corresponde aos parâmetros regulamentarmente exigidos, carecendo de profunda intervenção, passando pela construção de um novo equipamento. Na sequência de diversas reuniões, constata-se as autarquias, que existem vantagens, funcionais, económicas e técnicas, na manutenção da solução intermunicipal para o tratamento do efluente. Assim, as autarquias acordam na execução de tal investimento, recorrendo para o efeito a fundos comunitários, que assegurarão a percentagem essencial das verbas nisto envolvidas. 2.- Projeto - O primeiro passo necessário



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

para a concretização do investimento, traduz-se na elaboração de um projeto de execução, que servirá de suporte à organização do processo de candidatura aos Fundos Comunitários e ao posterior lançamento do concurso para realização da obra. - O concurso para o projeto de execução, revestir-se-á da forma e modalidade que melhor se considerar, sendo todo o procedimento organizado pelo MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL disponibilizando o MUNICÍPIO DE VOUZELA os meios técnicos e necessários ao desenvolvimento de todo o processo. - Para a elaboração do projeto de execução, cada uma das autarquias, visando a formalização do programa preliminar e caderno de encargos, indicará, o tipo, natureza e extensão das obras a realizar, população envolvida e soluções técnicas base. - O valor do projeto, será custeado em partes iguais pelos Municípios, no que concerne à percentagem não comparticipada pelos Fundos Comunitários. - Para efeitos de pagamento, o MUNICÍPIO DE VOUZELA, fará chegar ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL, num prazo máximo de trinta dias após emissão da fatura, os valores envolvidos em cada despesa. 3.- Terrenos - Os custos de aquisição das parcelas de terreno, eventualmente, necessários à concretização da ETAR, serão suportados em partes iguais pelas autarquias, sendo o procedimento de aquisição por via do direito privado ou eventual expropriação, tutelado pelo MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL, disponibilizando o MUNICÍPIO DE VOUZELA os meios técnicos necessários e desenvolvendo todas as “démarches” com os proprietários das parcelas de terreno que integrem o território do concelho de Vouzela. - Para efeitos de pagamento, o MUNICÍPIO DE VOUZELA fará chegar ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL, num prazo máximo de trinta dias, após a aquisição, os valores envolvidos. 4.- Fundos Comunitários - A candidatura aos Fundos Comunitários, será apresentada pelas duas autarquias, tipificando uma candidatura intermunicipal, sendo todo o procedimento organizado e formalizado pelo MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL, disponibilizando o MUNICÍPIO DE VOUZELA todos os elementos necessários, incluindo apoio técnico para o efeito. 5.- Caracterização da obra - A obra envolverá, no essencial, a ETAR propriamente dita, estações elevatórias, rede de coletores e reposição de pavimentos. 6.- Empreitada - Aprovada ou autorizada a candidatura aos Fundos Comunitários e conhecido portanto, o nível de comparticipação financeira, será formalizado o indispensável concurso público para execução da obra. - Para o efeito, o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL constituir-se-á como dono da obra, desenvolvendo todas as diligências, para organização do procedimento concursal, que tais poderes lhe conferem. - O MUNICÍPIO DE VOUZELA prestará, através dos seus técnicos o apoio necessário em todo o processo de concurso, desde o seu lançamento até à adjudicação da obra. - A fiscalização da obra, será realizada de acordo com o modelo que for definido pelas autarquias, participando de qualquer modo, os seus técnicos em todo o processo de desenvolvimento da obra. - Os pagamentos a efetuar pelo MUNICÍPIO DE VOUZELA, serão enviados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL, num prazo máximo de trinta dias, após emissão das faturas. - Da parte da obra não comparticipada, cada uma das autarquias suportará a percentagem de 50% do investimento realizado. 7.- Manutenção e exploração - Antes do fim da obra, num prazo mínimo de três meses antes da sua conclusão, os Municípios organizarão protocolo / documento, recorrendo-se a entidade exterior, se for o caso e desde que aceite pelas partes, visando assegurar, a partir de estudos técnicos e indicadores que se ajustarem, a repartição dos custos de exploração do equipamento. 8.- Formalização - O previsto acordo será submetido à aprovação por partes dos executivos municipais do MUNICÍPIO DE VOUZELA e do MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL.”.-



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 255/14 - RECLAMAÇÃO DE CRISTIANA RIBEIRO DA SILVA VILA MAIOR, ACERCA DOS CUSTOS DE RAMAL DE LIGAÇÃO DE ÁGUA:-----

Analisada a reclamação referida em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, à semelhança do já determinado para situações similares e por considerar não deverem ser os munícipes a custear individualmente os investimentos de aumento da rede de abastecimento, dever apenas debitar-se como despesas de ramal de ligação de água, as resultantes da distância da localização do ponto de passagem da rede até ao limite da propriedade do requerente. Outrossim a Câmara Municipal reiterou dever-se, com brevidade, proceder à reapreciação das normas do regulamento vigente sobre esta matéria, com vista à aplicação da regra ora definida a todos os consumidores em idêntica situação.

DELIBERAÇÃO N.º 256/14 - PROPOSTA DE COLABORAÇÃO NA ÁREA DE GESTÃO DE RESÍDUOS TÊXTEIS, APRESENTADA POR "H. SARAH - TRADING, LDA.": -----

Analisada a proposta referida em epígrafe e reiterando a sua deliberação anterior sobre a matéria (n.º 515/13, de 19 de dezembro), a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, não aderir à proposta em causa, pelo facto do serviço de recolha proposto ser já assegurado por instituições existentes no concelho. -----

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E ACÇÃO SOCIAL**DELIBERAÇÃO N.º 257/14 - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA A REALIZAÇÃO DO "III FESTIVAL DE FOLCLORE", APRESENTADO PELA TILEIRA - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL DE LOUROSA:-----**

Analisado o pedido referido em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apoiar a iniciativa em causa, atribuindo subsídio à Associação Recreativa Desportiva e Cultural de Lourosa no valor de 250,00€ (Duzentos e cinquenta euros), condicionado à existência de fundos disponíveis, sendo que relativamente ao pedido de subsídio referente ao festival de folclore de 2012, não poderá o mesmo ser satisfeito, por não ter existido qualquer deliberação a respeito. -----

Nota: A Sr.ª Vereadora Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho não interveio na discussão e votação da presente deliberação por integrar os órgãos sociais da Associação em causa. -----

DELIBERAÇÃO N.º 258/14 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CINE TEATRO, APRESENTADO PELA ACADEMIA DE DANÇA DE VISEU:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido referido em epígrafe, assim cedendo gratuitamente o Cineteatro à Academia de Dança de Viseu, no próximo dia 05 de julho, para realização do seu espetáculo de Final de Ano Letivo 2013-2014, condicionando-se esta cedência à disponibilidade dos serviços e dos equipamentos municipais, sendo ainda que a gratuidade da cedência fica igualmente condicionada à não cobrança de bilhetes de entrada na iniciativa em referência. -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO N.º 259/14 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DESPORTIVO DA LAMEIRA, APRESENTADO PELA ASSOCIAÇÃO UNIDOS DA ESTAÇÃO: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência, a título gratuito, do Pavilhão Desportivo da Lameira à Associação referida em epígrafe, nos dias 14 e 15 de junho, para a realização do torneio de futsal “Unidos Contra o Cancro”.-----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 260/14 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE PALCO, APRESENTADO PELO RANCHO FOLCLÓRICO DE PESOS DE SUL: -----

Analisado o pedido referido em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência de palco ao Rancho Folclórico em causa, para a realização do Festival de Folclore no próximo dia 06 de junho, assegurando-se o seu transporte pelos serviços municipais, devendo, contudo, a sua montagem ser assegurada pela entidade requerente, a qual deverá, previamente, depositar caução no valor de 150,00€ que será restituída no caso de devolução do equipamento municipal em bom estado de conservação e cumulativamente tenha sido feita a sua desmontagem até ao término do 2º dia útil imediato ao termo do referido evento. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 261/14 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO, APRESENTADO PELA APAESUL: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência de autocarro à APAESUL – Andebol, condicionada à disponibilidade da viatura e ao cumprimento dos termos do respetivo regulamento em vigor, para deslocação a Toledo – Espanha, a fim de participarem no Torneio de Andebol a realizar de 26 a 29 de junho de 2014 naquela localidade espanhola. -----

Nota: A Sr.ª Vereadora Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho não interveio na discussão e votação da presente deliberação por ser cônjuge do Presidente da Direção da aludida APAESUL. -----

DELIBERAÇÃO N.º 262/14 - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE GRATUITO, APRESENTADO PELA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO DE S. PEDRO DO SUL: -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência de autocarro à Associação referida em epígrafe, condicionada à disponibilidade da viatura e ao cumprimento dos termos do respetivo regulamento em vigor, para deslocação de equipa e acompanhantes ao aeroporto Sá Carneiro, no Porto, no próximo dia 21 de junho e na viagem de regresso no dia 27 de julho, a fim de participarem no “7th World Copa Foot” a realizar de 21 a 27 de junho de 2014 na ilha de S. Miguel - Açores.-----

DELIBERAÇÃO N.º 263/14 - PEDIDO DE CEDÊNCIA E INSTALAÇÃO GRATUITA DE ESTRADO DE MADEIRA, APRESENTADO PELA COMISSÃO DE FESTAS DE SÃO JOÃO DE BORDONHOS: -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

Foi presente comunicação da Comissão de Festas referida em epígrafe, datada de 14/05/2014, referente ao pedido de apoio para a realização das Festas de São João de Bordonhos a realizar nos próximos dias 21 a 23 de junho, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, considerar clarificado o seu pedido anterior no sentido de se pretender a cedência de estrado de madeira e não de palco, sendo contudo que se mantém a mesma no que respeita aos termos da cedência, ou seja, que a montagem e desmontagem deverá ser assegurada pela entidade requerente. Mais deliberou a Câmara Municipal, igualmente por unanimidade, não conceder a isenção solicitada, relativa à caução, para não se criarem exceções às normas de cedência daqueles equipamentos. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 264/14 - PEDIDO DE CEDÊNCIA E INSTALAÇÃO GRATUITA DE ESTRADO DE MADEIRA, APRESENTADO PELA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE SÁ - CARVALHAIS: -----

Analisado o pedido referido em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência de estrado de madeira à Associação em causa, para a realização dos festejos alusivos ao 21º aniversário da referida Associação no próximo dia 08 de junho, sendo o seu transporte assegurado pelos serviços municipais, devendo, contudo, a sua montagem ser assegurada pela entidade requerente. Mais deliberou a Câmara Municipal, igualmente por unanimidade, não poder conceder a isenção solicitada, à semelhança de outros pedidos já efetuados, devendo a entidade requerente, previamente, depositar caução no valor de 150,00€ que será restituída no caso de devolução do equipamento municipal em bom estado de conservação e cumulativamente tenha sido feita a sua desmontagem até ao término do 2º dia útil imediato ao termo do referido evento. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 265/14 - PEDIDO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO PEDRO DO SUL PARA ACOLHIMENTO DE 2 ALUNOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO - CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE ELETROTECNIA: -----

Analisado o pedido referido em epígrafe, apresentado pelo Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul (registo de entrada n.º 6385, de 19/05/2014), a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o mesmo, no sentido do município acolher 2 alunos/estagiários do Curso Profissional de Técnico de Eletrotecnia, da Escola Secundária de São Pedro do Sul, no período compreendido entre 16 de junho e 04 de julho de 2014, correspondendo a 100 horas de formação. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

DELIBERAÇÃO N.º 266/14 - PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE CAMPO DE FÉRIAS 2014: -----

Analisada a proposta respeitante ao assunto referido em epígrafe, bem com informação da Secção de Cultura, Desporto e Ação Social com n.º 6608, de 22/05/2014, que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta em causa, que a seguir se transcreve, autorizando-se as respetivas despesas: “INTRODUÇÃO: Destinando-se às crianças e jovens do Concelho, em particular aos jovens,



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, o CAMPO DE FÉRIAS é uma sugestão para a ocupação dos tempos livres nas Férias Escolares do verão, proporcionando um período de férias ativo, animado e virado para um estilo de vida saudável. Sempre com o acompanhamento de técnicos licenciados em Educação Física e Desporto, em Ciências da Educação e em Educação Social, o programa consiste em atividades desportivas e culturais, nas suas mais variadas formas. Com o principal objetivo de incentivar ao convívio e alertar para os benefícios de uma prática desportiva regular, este projeto terá a sua base no Complexo Desportivo Municipal com as atividades a decorrerem nos mais diversos locais, principalmente de ar livre, onde os participantes poderão usufruir dos diversos divertimentos. Visando o desenvolvimento integral dos jovens participantes, o programa CAMPO DE FÉRIAS faculta aos pais o enquadramento dos seus filhos num projeto credível, seguro e com qualidade, possibilitando a sua valorização. A ocupação saudável dos tempos livres constitui um contributo inequívoco para a formação e desenvolvimento dos jovens, constituindo ainda uma das medidas mais eficazes na prevenção de comportamentos de risco. Visamos estimular o contacto direto dos jovens com a natureza e melhorar o conhecimento da realidade onde se inserem, designadamente nas suas vertentes histórica, cultural, desportiva e social, procurando inculcar os valores de entreajuda e disponibilidade para com os outros, criando, além disso, condições para minorar os riscos a que os jovens estão normalmente sujeitos. Esperamos que todos os beneficiários saibam desfrutar de uma forma séria, consciente e eficaz deste apoio, e que, acima de tudo, respeitem em consciência o alcance do mesmo. OBJETIVOS: Proporcionar a todas as crianças e jovens do concelho uma prática desportiva adequada. Promover e divulgar a importância do Desporto como um benefício associado à Saúde e desenvolvimento social. Criar hábitos saudáveis. Sensibilizar e proporcionar aos jovens, atividades de lazer e desporto. Estimular o gosto pela natureza e pela sua preservação. Potenciar as infraestruturas desportivas existentes. Preparar e facilitar ações futuras de dinamização desportiva que tenham em vista entre os setores sociais e etários. Estimular a imaginação e a criatividade das crianças, dando-lhes a oportunidade de manifestar as suas próprias potencialidades, desenvolvendo, simultaneamente as suas faculdades sensoriais. DESTINATÁRIOS: Crianças e jovens até aos 15 anos, residentes no concelho de São Pedro do Sul. RECURSOS TEMPORAIS: Atividades a realizar de 7 de Julho a 1 de agosto, conforme calendário apresentado. Períodos de 5 dias por grupo. Cada participante poderá inscrever-se em apenas uma semana, podendo participar numa segunda semana (ficando em lista de espera), caso não haja total preenchimento das vagas. Funcionamento das 9:00 às 17:30, com exceção da sexta-feira que funcionará das 8:30 às 18:00. RECURSOS HUMANOS: 1 Coordenador, 2 Técnicos de Educação Física e Desporto da Câmara Municipal, 1 Técnica de Ciências da Educação, 1 Técnica de Educação Básica, outros funcionários do Complexo Desportivo, Técnicos do Espaço Internet, do Cineteatro e da Biblioteca Municipal, Motoristas da Câmara Municipal. RECURSOS MATERIAIS: Material desportivo existente na Complexo Municipal, material desportivo dos participantes, meios de transporte da Câmara Municipal, material da “Desportos Aventura” (Parcerias). RECURSOS ESPACIAIS: Pavilhão Desportivo Municipal, Piscina Municipal, Lenteiro do Rio, Clube Campo do Gerós, Praia da Costa Nova, Estádio Municipal da Pedreira, Cine-Teatro, Espaço Internet, Biblioteca e outros. RECURSOS FINANCEIROS: Valor a pagar pelos inscritos (que incluirá almoço de segunda a quinta-feira, transporte para as atividades, seguro, atividades e t-shirt): 20,00€. ATIVIDADES A DESENVOLVER: Caminhadas, jogos tradicionais, jogos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

coletivos, natação, jogos de água, orientação, cinema, hidroginástica, voleibol de praia, jogos pré-desportivos, desportos de aventura, idas à praia, ténis, canoagem. FORMAS DE DIVULGAÇÃO: Elaboração de Cartaz a distribuir em todo o concelho, elaboração de folheto a distribuir por todas as escolas, colocação de “mupies” referentes ao evento, divulgação nos jornais da região, divulgação nas rádios locais, contacto direto com as juntas de freguesia e associações locais, envio de newsletter para mailing-list. TRANSPORTES: Do Complexo Desportivo até ao local de atividade: da responsabilidade do município; até ao Complexo Desportivo: da responsabilidade dos interessados. REFEIÇÕES: A serem fornecidas por uma das IPSS com as quais o município já tenha parceria; A organização e serviço do almoço ficará a cargo dos técnicos envolvidos, contando de antemão com os serviços de loiça existentes numa das escolas do concelho; os eventuais reforços alimentares (manhã e tarde) serão da responsabilidade dos inscritos, bem como o almoço de sexta-feira aquando da ida à praia. PARCERIAS: Juntas de Freguesia; Termalstur (cedência do Clube Campo do Gerós durante uma manhã: piscina e campos de ténis), Escola Secundária de S. Pedro do Sul (Canoagem), IPSS (Refeições) e outras associações.”.-----

DELIBERAÇÃO N.º 267/14 - REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE "MAIS SAÚDE": -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o regulamento referido em epígrafe, com vista à sua apresentação à Assembleia Municipal, com o seguinte teor: “REGULAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE “MAIS SAÚDE” – PREÂMBULO - No intuito de dar coerência às políticas sociais desenvolvidas no Concelho de S. Pedro do Sul, a Câmara Municipal no âmbito do seu Programa de Intervenção Social “São Pedro Mais Solidário”, mais concretamente na área “Mais Saúde”, verificou a necessidade de apoiar os munícipes na prestação de cuidados de saúde. A atual crise económica e financeira, a par das dificuldades que os munícipes possam apresentar no acesso à saúde e considerando que compete aos Municípios participar na prestação de serviços e apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade, tornou cada vez mais necessária a sua intervenção. Assim, e no âmbito do poder regulamentar conferido às câmaras municipais para elaborar e aprovar regulamentos independentes em matéria da sua exclusiva competência, ao abrigo do disposto nos artigos 112º, nº7 e 241º, ambos da Constituição da República Portuguesa, na al. k) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul decidiu elaborar e aprovar o Regulamento de prestação de cuidados de saúde. CAPÍTULO I; Secção I: Disposições Gerais; Artigo 1º - Objeto - O presente regulamento estabelece as normas de prestação de cuidados de saúde a munícipes que reúnam as condições necessárias. Artigo 2º Definições - Para efeitos de aplicação do disposto neste Regulamento, entende-se por: Saúde: de acordo com a Organização Mundial de Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social. Profissionais de saúde: técnicos que trabalham em profissões da área das ciências da saúde, que adquiriram competências necessárias na recuperação e manutenção da saúde. Interdisciplinaridade: a definição e assunção de objetivos comuns, orientadores das atuações, entre os profissionais da equipa de prestação de cuidados. Multidisciplinaridade: a complementaridade de atuação entre diferentes especialidades profissionais. Plano Individual de Intervenção: o conjunto dos objetivos a atingir face às necessidades identificadas e das intervenções daí decorrentes, visando a recuperação global ou a manutenção, tanto nos



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

aspectos clínicos como sociais. Registos do utente: o registo do utente refere-se a qualquer registo que contém detalhes sobre o doente: inclui, por exemplo, notas escritas, faxes, vídeos, fotografias, registos informáticos. São usados em separado do conjunto de registos de outros profissionais. Cuidado de saúde: prestação por profissional de saúde, consistindo em avaliação, manutenção, terapia, reeducação, promoção da saúde, prevenção dos problemas de saúde e todas as atividades com ela relacionadas, para manter ou melhorar o estado de saúde. Episódio de cuidados: período que decorre desde a primeira comunicação de um problema de saúde ou doença a um prestador de cuidados, até à realização do último encontro respeitante a esse mesmo problema ou doença. Domicílio: a residência particular, o estabelecimento ou a instituição onde habitualmente reside a pessoa em situação de dependência. Cuidados de saúde domiciliários: cuidados prestados de forma continuada, orientados para a resolução dos problemas de saúde das pessoas e cuja complexidade não requer a sua institucionalização mas que, pela sua situação de dependência global, transitória ou crónica, as impede de se deslocarem para os obter. Dependência: a situação em que se encontra a pessoa que, por falta ou perda de autonomia física, psíquica ou intelectual, resultante ou agravada por doença crónica, demência orgânica, sequelas pós traumáticas, deficiência, doença severa e/ou incurável em fase avançada, ausência ou escassez de apoio familiar ou de outra natureza, não consegue, por si só, realizar as atividades da vida diária. Atividades da vida diária: tarefas relacionadas com cuidados pessoais diários: preparar e tomar as refeições, lavar-se, vestir-se, utilizar a casa de banho, mudar-se de posição, tomar a medicação, receber e realizar telefonemas e controlar os esfíncteres. Doença crónica: a doença de curso prolongado, com evolução gradual dos sintomas e com aspetos multidimensionais, potencialmente incapacitante que afeta, de forma prolongada, as funções psicológica, fisiológica ou anatómica, com limitações acentuadas nas possibilidades de resposta a tratamento curativo, mas com eventual potencial de correção ou compensação e que se repercute de forma acentuadamente negativa no contexto social da pessoa por ela afetada.

CAPÍTULO II
Requerimento dos beneficiários do programa municipal “Mais Saúde” Artigo 3º
Requerimento - O requerimento aos cuidados de saúde é realizado através de formulário próprio, cedido e entregue no Gabinete de Atendimento ao Município da Câmara Municipal, instruído com os seguintes documentos: Cópia do Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade; Cópia do número de contribuinte; Documento comprovativo do domicílio no concelho de S. Pedro do Sul; Fotocópia do IRS do ano anterior ao da candidatura de todos os elementos do agregado familiar ou declaração da Autoridade Tributária comprovativa da sua existência; Documento da Autoridade Tributária comprovativa dos bens patrimoniais do agregado familiar; Comprovativos de rendimentos do agregado familiar: salários, reformas, pensões e subsídios; Quando se trate de trabalhadores por conta própria, e na impossibilidade de comprovação documental dos rendimentos, reserva-se ao júri a decisão de atribuir um valor fixo para efeitos de capitação, de acordo com a profissão em causa; Declaração do Rendimento Social de Inserção, quando for o caso, emitido pelo Centro Regional de Segurança Social, onde conste a composição do agregado familiar, o valor da prestação e os rendimentos para efeito de cálculo da mesma; Declaração emitida pelo Centro Distrital do Instituto da Segurança Social da área de residência, comprovando a situação de desemprego, da qual conste o montante do subsídio auferido, com indicação do início e do termo e, na falta desta, declaração passada pelo Centro de Emprego que confirme esta situação; Declaração médica comprovativa da incapacidade e/ou necessidade de tratamentos de saúde. Declaração



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

sob compromisso de honra da veracidade de todos os documentos apresentados e todas as informações prestadas; Outros documentos relevantes que, eventualmente, venham a ser solicitados pela Câmara Municipal para comprovarem os rendimentos invocados e as informações prestadas; Aos requerentes deverá ser dado a conhecer o presente Regulamento. Em caso de admissão urgente o processo será iniciado mediante apresentação de relatório social efetuado pelos técnicos do Gabinete de Ação Social e Solidariedade, nunca dispensando a declaração médica. Artigo 4º Cálculo do rendimento per capita do agregado familiar - O cálculo do rendimento per capita mensal é efetuado pela aplicação da seguinte fórmula: “ $R=(RF-D)/12 \times N$ ”, Sendo que: R= rendimento per capita, RF= rendimento anual ilíquido do agregado familiar, D= despesas anuais fixas, N= nº de elementos do agregado familiar. Consideram-se despesas os encargos anuais fixos com a educação, a habitação e a saúde. Artigo 5º Decisão e admissão - A decisão de admissão é da competência do Sr. Presidente da Câmara Municipal que, para o efeito, terá em consideração a avaliação prévia do processo de candidatura pelo Gabinete de Ação Social e Solidariedade. A decisão será comunicada ao requerente assim que seja do conhecimento do Gabinete de Ação Social e Solidariedade a decisão superior. CAPÍTULO III Artigo 6º Episódio de cuidados de saúde O plano de intervenção individual serve de base para o episódio de cuidados de saúde. Este plano é feito com base nos registos do utente e no diagnóstico e poderá ser alterado em função da evolução dos tratamentos. Estes cuidados de saúde visam atingir/manter um nível de funcionalidade adequado a cada indivíduo e minimizar a percentagem de dependência. A intervenção e o estabelecimento de resultados centrados no utente devem refletir o controlo dos sintomas, a capacidade de realizar atividades da vida diária, e a performance para o exercício e melhoria da qualidade de vida. Artigo 7º Cessação do episódio de cuidados de saúde A cessação do episódio de cuidados de saúde ocorre mediante indicação médica expressa e/ou por determinação do profissional de saúde. CAPÍTULO IV Disposições Finais; Artigo 8º Dúvidas e omissões - Todas as dúvidas ou omissões que eventualmente surjam na aplicação ou interpretação do presente Regulamento serão resolvidas mediante deliberação da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul. Artigo 9º - Entrada em vigor O presente Regulamento entra em vigor quinze dias após a sua publicitação.”. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Nesta altura, quando eram 12 horas, nada mais havendo a tratar, deu-se a presente reunião por encerrada, dela para tudo constar, se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, pela Chefe da Divisão Administrativa, Dr.^a Ana Teresa Soares de Melo Camarate de Campos Seia de Matos e por mim, António Miguel Perdigoto Girão, Coordenador Técnico da Secção de Expediente Geral. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA,

O COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE EXPEDIENTE GERAL,